

CASO MASTER / Sem apresentar resultados desde o ano passado, banco tenta recuperar confiança, no momento em que precisa se capitalizar para enfrentar crise provocada pelas operações com o Master

Mercado aguarda balanço do BRB

» PAULO GONTIJO

O mercado e o Banco Central aguardam a divulgação do balanço consolidado de 2025 do Banco de Brasília (BRB), promessa que deveria ter sido cumprida até 31 de março, mas foi adiada na noite do mesmo dia, conforme fato relevante encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Desde então, o banco, sob a gestão do presidente Nelson Antônio de Souza, corre contra o tempo com um novo prazo. O Banco Central estabeleceu que a divulgação dos balanços em atraso ocorra até a segunda quinzena de maio, ampliando a expectativa e mantendo reguladores e investidores em estado de alerta.

A ausência dos números ocorre em um momento sensível para a instituição, que enfrenta pressão por transparência, necessidade de recomposição de capital e repercussões de investigações recentes. Nesse contexto, o atraso deixa o mercado sem um parâmetro concreto para avaliar a real situação financeira da instituição.

Mais do que um documento técnico, o balanço financeiro é considerado a principal ferramenta de transparência. É nele que estão detalhados lucros, prejuízos, dívidas, ativos, riscos e a real capacidade do banco de sustentar suas operações ao longo do tempo.

Economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), Newton Marques explica que a divulgação não é apenas uma formalidade, mas uma exigência essencial para o funcionamento do sistema financeiro e para a manutenção da confiança no mercado.

“O balanço é uma exigência da lei das sociedades anônimas e precisa ser auditado antes da divulgação. É a partir dele que o Banco Central consegue verificar se o banco está enquadrado nas normas regulatórias”, afirma.

Segundo ele, o impacto da ausência desses dados vai além dos órgãos de controle e impede uma avaliação precisa da situação da instituição, afetando diretamente a percepção de risco.

“Os depositantes e acionistas ficam sem saber se o banco enfrenta problemas de liquidez, de patrimônio ou de solvência. Isso deixa todos sem referência clara sobre o risco”, explica.

O professor detalha que esses três pilares são fundamentais para medir a saúde de um banco e orientar decisões de investimento.

“Liquidez é a capacidade de honrar pagamentos no curto prazo. Já o problema patrimonial ocorre quando há prejuízos acumulados que exigem aporte de capital. E a solvência está relacionada à capacidade de o banco se manter no longo prazo”, diz.

Capitalização

A necessidade de reforçar o capital é um dos pontos centrais no momento atual do BRB. O banco apresentou ao BC um plano de capitalização, que precisa ser executado em até 180 dias, prazo que se encerra no fim de maio.

Esse tipo de medida ocorre quando a instituição precisa recompor seus níveis de capital para atender às exigências regulatórias, como o índice de Basileia, que mede a relação entre capital próprio e os riscos assumidos nas operações.

Na prática, esse indicador funciona como um dos principais termômetros de solidez do sistema bancário, sendo utilizado globalmente para avaliar a capacidade de uma instituição absorver perdas e manter suas atividades.

“Quando há prejuízo, o banco precisa cobrir esse rombo com capital próprio. Por isso, a importância da capitalização, que permite atingir os níveis exigidos pelo Banco Central”, explica Newton Marques.

Além da exigência técnica, o processo de capitalização também tem um componente estratégico: sinalizar ao mercado que a instituição busca recompor sua base financeira e preservar sua capacidade de operação.

Para analistas, o cenário atual exige cautela e tende a influenciar diretamente a percepção de risco associada ao banco.

O economista César Bergo avalia que o principal impacto está na confiança, considerada o ativo mais importante para qualquer instituição financeira. Segundo ele, a ausência de informações claras amplia a incerteza e gera um efeito cascata.

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Ed Alves/CB/DA Press



Prisão do ex-presidente do BRB amplia ambiente de desconfiança

“O problema ultrapassa a dimensão financeira e atinge diretamente a reputação do banco, afetando investidores, correntistas, fornecedores e parceiros comerciais” reflete Bergo sobre a falta dos números.

Ele destaca que esse tipo de situação gera efeitos imediatos no custo de captação, já que investidores passam a exigir retornos maiores para compensar o risco, o que encarece os recursos e reduz a rentabilidade da instituição.

Esse movimento também tende a provocar mudanças no comportamento dos clientes, especialmente aqueles com maior volume de recursos, que passam a buscar alternativas consideradas mais seguras dentro do sistema financeiro.

Bergo também chama atenção para o impacto mais amplo na economia, especialmente no Distrito Federal. “Qualquer instabilidade no BRB pode afetar a oferta de crédito, o funcionamento do comércio e a dinâmica de diversos setores que dependem da atuação do banco” diz.

Expectativas

A especialista Maressa Campos afirma que a divulgação do balanço será um divisor de águas para o banco e deve orientar o comportamento do mercado nos próximos meses.

“A reação do mercado depende

Reprodução



Sob a gestão de Nelson de Souza, BRB tenta se recuperar

O balanço é uma exigência da lei das sociedades anônimas. É a partir dele que o BC consegue verificar se o banco está enquadrado nas normas regulatórias”

Newton Marques, economista e professor da UnB

O problema ultrapassa a dimensão financeira e atinge diretamente a reputação do banco, afetando investidores, correntistas, fornecedores e parceiros comerciais”

César Bergo, economista e professor da UnB

A reação do mercado depende diretamente do grau de surpresa em relação às expectativas. No caso do BRB, qualquer resultado terá que ser mais do que razoável. Precisará ser convincente”

Maressa Campos, especialista em mercado financeiro

diretamente do grau de surpresa em relação às expectativas. No caso do BRB, qualquer resultado terá que ser mais do que razoável. Precisará ser convincente”, avalia.

Segundo ela, o mercado já incorporou parte do cenário negativo, o que eleva o nível de exigência sobre os números que serão apresentados.

Nesse contexto, uma eventual reação positiva dependeria de melhora consistente em indicadores como rentabilidade, qualidade da carteira de crédito e controle da inadimplência, além da apresentação de um plano crível de recuperação.

Por outro lado, resultados abaixo do esperado podem aprofundar os problemas, ao elevar a percepção de risco, dificultar a captação de recursos e gerar efeitos em cadeia, inclusive sobre a classificação de risco da instituição.

Mesmo um eventual resultado positivo, no entanto, não seria suficiente para reverter rapidamente a desconfiança acumulada.

“A confiança no mercado financeiro é construída ao longo do tempo. Um balanço pode melhorar o sentimento, mas não reverte, sozinho, um cenário de desconfiança”, afirma.

Próximos passos

O BRB avança em sua agenda institucional e tratativas internas em meio ao cenário de pressão.

Em 22 de abril, será realizada uma Assembleia Geral Extraordinária

Fundo Garantidor

Em momentos de incerteza, cresce a atenção sobre os mecanismos de proteção ao investidor. O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) assegura depósitos e aplicações de até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, por instituição financeira.

O fundo cobre produtos como CDB, LCI e LCA e funciona como uma espécie de seguro para correntistas em casos de intervenção ou liquidação bancária.

Apesar da proteção, especialistas lembram que valores acima desse limite não estão cobertos, o que pode aumentar a cautela de investidores com maior volume de recursos.

BRB avança em sua agenda institucional em meio ao cenário de pressão

22 DE ABRIL

Data da Assembleia Geral Extraordinária do BRB

(AGE), em formato digital, para discutir o plano de capitalização do banco. Na mesma reunião, os acionistas devem homologar nomes para o Conselho de Administração.

A movimentação é vista como parte do esforço para reorganizar a governança e fortalecer a estrutura decisória da instituição.

Já em 30 de abril, está prevista uma nova assembleia, desta vez com foco na análise das contas de 2025 e outros temas administrativos.

O processo de capitalização precisa ser concluído até o fim de maio, conforme prazo estabelecido pelo Banco Central. A medida é considerada fundamental para recompor os níveis de capital exigidos pela regulação e garantir a continuidade das operações dentro dos parâmetros exigidos.

Crise e investigações

O ambiente de incerteza em torno do BRB também é alimentado pelas investigações da Operação Compliance Zero, que apura supostas irregularidades envolvendo negociações com o Banco Master.

Mensagens que embasaram a decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), para decretar a prisão preventiva do ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, foram recuperadas do celular do empresário Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, e devem integrar eventual acordo de delação premiada.

De acordo com as investigações, o conteúdo das conversas detalha valores, imóveis e estratégias que levantam suspeitas de ocultação patrimonial. Parte dessas informações coincide com elementos apreendidos pela Polícia Federal no pedido de prisão.

Relatos indicam que PHC foi surpreendido pela decisão judicial, já que em seu próprio aparelho não havia registros das conversas com Vorcaro. Por isso, o celular foi entregue à Polícia Federal com a senha.

As mensagens, no entanto, são consideradas contundentes pelos investigadores. Um dos trechos destaca diálogos entre o advogado Daniel Monteiro, também alvo de prisão preventiva, e Vorcaro, nos quais há menções ao registro de imóveis em benefício do ex-presidente do BRB.

Outro ponto citado envolve a orientação para deixar em aberto o campo de adquirente de determinados imóveis, sob a justificativa de composição de uma holding familiar, prática que, segundo o ministro André Mendonça, reforça indícios de tentativa de ocultação de patrimônio.

A defesa dos investigados deve questionar a competência do Supremo Tribunal Federal para julgar o caso, uma vez que os envolvidos não possuem foro privilegiado.